

Contribuições da teologia da libertação para a reconceituação do Serviço Social

Contributions of Liberation Theology to the Reconceptualization of Social Work

Guilherme Costa dos Reis*
José Fernando Siqueira da Silva**

Resumo: Este artigo teve por objetivo estudar a presença e as contribuições da Teologia da Libertação (TL) para a Reconceituação do Serviço Social. Para isso, ele se divide em três partes. A primeira aborda o contexto do continente latino-americano, especificamente o debate sobre as causas do subdesenvolvimento, suas diversas interpretações. Posteriormente, debate o surgimento e desenvolvimento da TL e do movimento de Reconceituação. Por fim, a última parte, destaca a influência da teologia latina nos processos de renovação profissional dos países do continente, com destaque para o Brasil. Importante destacar que a renovação crítica desenvolvida na Igreja e na profissão se deu atrelada e motivada pela conjuntura dependente e desigual do continente latino-americano. Essas renovações se relacionaram e a esquerda católica latina, representada por grupos católicos e pela TL, contribuíram decisivamente para a Reconceituação do Serviço Social, formando profissionais e estudantes, promovendo intercâmbio com os movimentos sociais e apresentando uma grande literatura crítica.

Palavras-chaves: América Latina; teologia da libertação; serviço social

Abstract: This article aimed to study the presence and contributions of Liberation Theology (TL) to the Reconceptualization of Social Work. For this, it is divided into three parts. The first approaches the context of the Latin American continent, specifically the debate on the causes of underdevelopment, its various interpretations. Later, it discusses the emergence and development of TL and the Reconceptualization movement. Finally, the last part highlights the influence of Latin theology on the processes of professional renewal of the countries of the continent, especially Brazil. It is important to highlight that the critical renewal developed in the Church and in the profession was tied and motivated by the dependent and unequal conjuncture of the Latin American continent. These renewals were related and the Latin Catholic left, represented by Catholic groups and TL, contributed decisively to the Reconceptualization of Social Work, training professionals and students, promoting exchange with social movements, and presenting a great critical literature.

Keywords: Latin America; liberation theology; social work

Recebido em: 25/01/2022

Aprovado em: 06/06/2022

* Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Mestrando no Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

** Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor Associado do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual Paulista UNESP-Franca. Professor colaborador do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

Considerações iniciais

[...] reconhecer as trilhas teóricas e políticas construídas pela esquerda e a trajetória teórica do marxismo na América Latina - aqui apenas indicadas - é um grande desafio à pesquisa, ainda pendente, para aprofundar, no presente, a leitura crítica do Movimento de Reconceituação do Serviço Social e seus desdobramentos (IAMAMOTO; SANTOS, 2021, p.42).

A Teologia da Libertação, enquanto uma formulação crítica latino-americana, compõe essas trilhas teóricas que influenciaram a Reconceituação do Serviço Social na América Latina. O aprofundamento sistemático desse importante movimento católico, a reflexão acerca de suas fundamentações, a sua relação com o marxismo, dentre outras questões, são de fundamental importância para entender o diálogo entre a profissão e a esquerda católica nesse importante período histórico. Diálogo e aproximação que se constituíram no chão concreto latino-americano, influenciados pela conjuntura social e política desta parte do Continente Americano, cenário marcado por contradições e disputas em torno das razões do subdesenvolvimento e os impactos do capitalismo na América Latina. É sob essas perspectivas que reafirmamos a relevância do estudo sobre o Movimento de Reconceituação, que deixou um importante legado para a profissão, em especial para o Serviço Social brasileiro e seu Projeto Ético-Político.

É a partir dessa fundamentação que se inscreve este presente estudo, que visa trazer de maneira sintética as contribuições da Teologia da Libertação para a Reconceituação latino-americana do Serviço Social. Este artigo é fruto de uma pesquisa bibliográfica, pesquisa que se amparou em importantes referenciais das ciências sociais, da teologia e dos pesquisadores da profissão. O resultado é uma articulação desses referenciais na tentativa de elucidar o objetivo central do texto. Trata-se de pesquisa de mestrado, desenvolvida pelo primeiro autor deste artigo – com apoio do professor orientador (segundo autor), no Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da UNIFESP.

América Latina: imperialismo, subdesenvolvimento e dependência

O contexto que perpassa o processo de Reconceituação latino-americano do Serviço Social é marcado pelo debate do que se convencionou caracterizar como subdesenvolvimento

do continente latino-americano¹. Esse processo não ocorreu isoladamente: foi travado no contexto da guerra fria, da diversa resistência contra as ditaduras cívico-militares (armadas ou não), dos projetos de desenvolvimento da região (tensionados pelo imperialismo norte-americano, pelo nacional-desenvolvimentismo e pelas alternativas de ruptura revolucionária), bem como por lutas sociais diversas (campesina, por igualdade de gênero, profundas alterações socioculturais, entre outras), que aqueceram o processo de luta de classes na América Latina. É nesse contexto que se insere o debate sobre a Teologia da Libertação (GUTIÉRREZ, 1984). Sendo assim, é preciso, inicialmente, resumir este processo, resgatando as observações marxianas sobre a lei geral da acumulação capitalista, suas transformações na transição da era concorrencial à monopólica, o imperialismo (sua marca explicitamente neocolonialista), bem como o debate sobre as causas do subdesenvolvimento em sociedade dependentes (FERNANDES, 1975).

Marx (2013), no capítulo 23 de O Capital, vai discorrer sobre a lei geral da acumulação capitalista. O autor traz inicialmente a discussão acerca da composição orgânica do capital, a qual possui um duplo sentido: valor (que apresenta dois níveis: capital constante e variável, ou seja, o primeiro representando os investimentos do capital nos meios de produção e o segundo nos investimentos a manutenção da força de trabalho); e matéria (que se divide em meios de produção e força de trabalho). A composição orgânica se fundamenta no reinvestimento de parte da mais-valia obtida no processo de valorização do capital, na forma constante e variável. Para Marx, existe uma tendência geral do capitalismo em investir mais no capital constante (meios de produção-tecnologia) em detrimento do capital variável (destinado à reprodução da força de trabalho). Esse processo permite ao capital um aumento da produtividade e a redução da força de trabalho (MARX, 2013, p. 835-870).

Os capitais adicionais formados no decorrer da acumulação normal [...] servem preferencialmente como veículos para a exploração de novos inventos e descobertas, ou aperfeiçoamentos industriais em geral. Com o tempo, porém, também o velho capital chega ao momento em que se renova da cabeça aos pés, troca de pele e renasce na configuração técnica aperfeiçoada, em que uma massa menor de trabalho basta para pôr em movimento uma massa maior de maquinaria e matérias-primas. Evidentemente, o decréscimo absoluto da

¹ Como destaca José Paulo Netto (2005 e 1992), o termo reconceituação se refere a um movimento de perfil latino-americano, vivido entre 1965-1975 (não exatamente), que se propôs a romper com o Serviço Social tradicional (de perfil essencialmente doutrinário) e com o Serviço Social clássico (composto por certa sistematização científica). Dialogou com alternativas desenvolvimentistas e aquelas situadas mais à esquerda, revelando, ao mesmo tempo, limitações teóricas, forte militância e avanços importantes contra o conservadorismo na profissão na América Latina. O termo renovação, por sua vez, diz respeito mais diretamente ao Serviço Social brasileiro. Essa renovação significou a reedição do conservadorismo na profissão (expressos nos documentos de Araxá e de Teresópolis ou nos estudos de Ana Augusta de Almeida), como também expressou experiências mais progressistas e críticas ao tradicionalismo, como renovação crítica (a experiência construída na escola de Belo Horizonte, conhecida como método BH).

demanda de trabalho, que decorre necessariamente daí, torna-se tanto maior quanto mais já estejam acumulados, graças ao movimento centralizador, os capitais submetidos a esse processo de renovação (MARX, 2013, p. 854).

Uma consequência desse processo é o impacto causado na vida da classe trabalhadora. Os (as) trabalhadores (as) ficam reféns das necessidades da acumulação do capital, ou seja, eles são expulsos ou absorvidos conforme essas necessidades. A priorização do investimento em capital constante, como já sinalizado, adensa o exército industrial de reserva e uma diversa superpopulação relativa, que nada mais são do que os (as) trabalhadores (as) que excedem as necessidades de produção, conseqüentemente ficando sem emprego ou em situação de instabilidade, parcialmente ou esporadicamente empregados (as). Essa massa de força de trabalho adicional, sobrando, cumpre um papel que ajuda a acumulação do capital na medida em que ela serve para pressionar os trabalhadores empregados. No tempo de Marx, nas condições do capitalismo inglês do século XIX, a superpopulação relativa dividiu-se em flutuante (trabalhadores (as) que ora estão empregados ora não), latente (os (as) que transitavam entre o campo e a cidade) e estagnada (os (as) que exerciam ocupações irregulares). Por fim, também se encontra o lumpemproletariado, como esfera do pauperismo, ou o “sedimento mais baixo da superpopulação relativa” (MARX, 2013, p. 719), composta por força de trabalho apta ao trabalho (entre eles, órfãos, filhos de indigentes - força de trabalho sobrando que aumenta com as crises e diminui com o incremento dos negócios – candidatos ao exército industrial de reserva) e a fração não apta ao trabalho (degradados, maltrapilhos e incapacitados), representando os setores mais pauperizados da sociedade. A identificação e a análise criteriosa do perfil da superpopulação relativa nos dias de hoje e nas condições do capitalismo dependente, exigiria um estudo metódico, atual e particular, que seguramente adensaria a análise marxiana atualmente e reafirmaria a lei geral da acumulação capitalista.

Outra consequência deste processo de apropriação privada da riqueza socialmente produzida, orientada pela lei geral da acumulação, é a centralização do capital (que não se identifica com a concentração), ou seja, a dinâmica em que a concorrência entre os vários capitais dá lugar à uma centralização em poucos capitais maiores, sem necessariamente aumentar a massa geral da riqueza. A concorrência é disputada pelo barateamento do preço das mercadorias, barateamento esse que se dá no processo de produção, especificamente no aumento da produtividade, articulando mais-valia absoluta (obtida por meio da extensão da jornada de trabalho) e relativa (ampliada alterando os meios de produção, sem necessariamente aumentar as horas trabalhadas). Como já visto, a produtividade está atrelada a esse processo crescente de investimento no capital constante (MARX, 2013, p. 835-870).

A luta concorrencial é travada por meio do barateamento das mercadorias. O baixo preço das mercadorias depende, caeteris paribus, da produtividade do trabalho, mas esta, por sua vez, depende da escala da produção. Os capitais maiores derrotam, portanto, os menores. Recordemos, ademais, que com o desenvolvimento do modo de produção capitalista cresce o volume mínimo de capital individual requerido para conduzir um negócio sob condições normais. Os capitais menores buscam, por isso, as esferas da produção das quais a grande indústria se apoderou apenas esporádica ou incompletamente. A concorrência aflora ali na proporção direta da quantidade e na proporção inversa do tamanho dos capitais rivais. Ela termina sempre com a ruína de muitos capitalistas menores, cujos capitais em parte passam às mãos do vencedor, em parte se perdem (MARX, 2013, p.851).

Entretanto esse processo de centralização do capital será incrementado na fase subsequente do capitalismo, a do capitalismo monopolista, aprofundando e reafirmando aspectos já atuantes na fase concorrencial. Essa fase, também denominada de imperialismo, foi objeto de estudo de Lenin (2010). O autor afirma que um dos principais traços dessa nova fase do desenvolvimento e fortalecimento dos monopólios, previsto por Marx, levou a uma fusão entre os capitais, os quais foram se constituindo enquanto monopólios. Esses grupos, dado a sua força, tinham papel central nas economias e exerciam pressões para controlar os pequenos capitais. Outra característica do capitalismo monopolista é a fusão do capital industrial com o bancário, que deu origem ao capital financeiro. O sistema de crédito passa a ser crucial para o desenvolvimento dos monopólios, conseqüentemente fazendo com que os bancos adquiram um novo papel nesse cenário. Eles deixaram de exercer um papel essencialmente técnico e, por meio da concessão de crédito, começaram a exercer influência e controlar processos nessa lógica monopolista, fato que levou a essa fusão. Criou-se então um capital financeiro que, seguindo a lógica de centralização, se fortaleceu enquanto uma oligarquia financeira, exercendo grande influência nos processos da época (LENIN, 2010).

Outro importante marco do imperialismo é a exportação de capitais, a qual difere da antiga exportação de mercadorias. Essa exportação de capitais se fundamenta sob a lógica de que os países desenvolvidos encontram dificuldades para se valorizar dentro deles mesmos. Por isso, buscam outros países onde seja mais lucrativo, onde a mão de obra, a terra e as matérias sejam mais baratas. Tal exportação permite o aumento da lucratividade dos países desenvolvidos, os deixam com vantagens frente aos subdesenvolvidos e favorece o desenvolvimento do modo de produção capitalista em todos os países. Esse processo faz com que os monopólios e as nações busquem uma partilha do mundo. Reedita-se a antiga partilha colonial, como neocolonialismo, porém agora sob bases da exportação de capitais, processo de extrema disputa entre as nações. Como já destacado, a conquista do território permite o desenvolvimento do capital do país, a busca por matérias primas e por força de trabalho baratas,

enfraquece os seus concorrentes e reforça a lógica de monopólios. É diante desse processo, e estruturalmente articulado a ele, que surgem as grandes guerras mundiais (LENIN, 2010).

Em síntese as principais características do imperialismo são:

1. a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica 2. a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro da oligarquia financeira 3. a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande 4. a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, 5. o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trusts internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes (LENIN, 2010, p.88).

Essa fase do capitalismo teve fortes impactos nos países latino-americanos, os quais sofreram as investidas imperialistas descritas acima. Florestan Fernandes (1975), vai discorrer sobre a trajetória dependente dos países da América Latina e sua relação com o imperialismo. Segundo o autor, essa relação dependente remonta aos tempos da colonização, onde o mercantilismo realizou um saqueio das riquezas do continente, contribuindo para a acumulação primitiva do capital. Esse processo se reorganizou e, mesmo com a independência política de países do continente, foram mantidos os traços coloniais, ou seja, uma economia essencialmente agromineira exportadora e a criação de uma elite nacional dependente, descomprometida com o desenvolvimento nacional. Chega-se, então, a fase monopólica do capitalismo e a exportação de capitais, processo que modernizou alguns países do continente, porém reafirmando seu papel de exportadores de matérias primas baratas, reafirmando a dependência. Por fim a fase do imperialismo total, processo que solidifica a dominação estrangeira no continente, incorporando a financeirização, a comunicação, as tecnologias e outros. As consequências desse processo são a manutenção e acentuação do pauperismo no continente, como estratégia de manter a lei geral da acumulação; a criação de uma burguesia que só se vincula aos interesses internacionais; e um desenvolvimento desigual e combinado (OLIVEIRA, 2003, p. 121-150), por meio de uma modernização conservadora realizada pela “via colonial” e hipertardia (CHASIN, 2000)².

² O uso das terminologias “via colonial” e hipertardia, foi proposto por José Chasin para pensar o caso brasileiro. Embora estas características possam ser estendidas à realidade latino-americana, cuidados são necessários no sentido de apanhar as particularidades dos países considerados. Ademais, é preciso ressaltar que muitas nações na América Latina não viveram surtos industriais (como boa parte dos países centro-americanos, do Caribe e parte

Marini (2013) também vai contribuir para a análise dessa relação dependente do continente latino-americano. Para o autor, o imperialismo tinha como função “subtrair abertamente uma parte da mais-valia criada dentro de cada economia nacional, o que aumenta a concentração do capital nas economias centrais e alimenta o processo de expansão imperialista” (MARINI, 2013, p.49). Diferente dos países centrais, a mais-valia dos países da América Latina se realiza nessa relação comercial de exportação, onde, em alguns países essa relação está na mão do capital estrangeiro, reforçando a dependência do continente. Tal processo leva as classes dominantes locais a operar a superexploração da força de trabalho, ou seja, o pagamento dela abaixo do valor necessário para sua reprodução como força de trabalho, ampliando as taxas de mais-valia absoluta e ou relativa e compensando as perdas das classes dominantes locais no mercado internacional (MARINI, 1973). Outros países que conseguiram absorver parte da mais-valia e apostar numa indústria local também vão cair na lógica da dependência. A aposta de um desenvolvimento autônomo não resistiu ao assédio do capital estrangeiro, o qual entrou por meio de investimentos diretos e novas tecnologias (muitas delas obsoletas nos países centrais). Um último e importante destaque levantado pelo autor é o papel das ditaduras militares no continente, as quais tinham por função não só a repressão aos movimentos de massa, mas também garantir uma adesão ao imperialismo e à modernização conservadora (MARINI, 2013)³.

Por fim, Marini (2013) destaca:

Nos marcos da dialética do desenvolvimento capitalista mundial, o capitalismo latino-americano reproduziu as leis gerais que regem o sistema em seu conjunto, mas, em sua especificidade, acentuou-as até o limite. A superexploração do trabalho em que se funda o conduziu finalmente a uma situação caracterizada pelo corte radical entre as tendências inerentes ao sistema - e, portanto, entre os interesses das classes por ele beneficiadas - e as necessidades mais básicas das grandes massas, que

da América do Sul), enquanto outros viveram experiências industriais dependentes (Brasil, Argentina e México, por exemplo). Portanto, grande parte da América Latina, na sua ampla diversidade, permaneceu essencialmente agrária e puramente exportadora de produtos primários (inclusive aqueles que viveram processos de industrialização). Vale destacar, ainda, que o impacto da tradição colonial na composição da ordem burguesa latino-americana, foi objeto de estudo realizado por diversos (as) autores (as), com destaque – nas décadas de 1960 e 1970 – para Florestan Fernandes (1975) e para o grupo da Teoria Marxista da Dependência (MARINI, 1973 e 2013).

³ O debate sobre a teoria da dependência não deve se limitar – e não se limitou – ao contexto dos anos 1960 e 1970, particularmente aquele realizado pelo grupo liderado por Ruy Mauro Marini (Theotônio dos Santos, Vania Bambirra e Andre Gunder Frank). Vale ressaltar, ainda, as análises realizadas por Cardoso e Falleto (1977) (que trilharam caminhos muito diversos da teoria da dependência analisada pelo coletivo de Ruy Mauro), bem como o registro das excelentes conferências realizadas por Florestan Fernandes nos anos 1960 (FERNANDES, 1975). Existe uma larga tradição na sociologia brasileira e latino-americana – mais ou menos recente – que desenvolveu um importante debate crítico sobre o Brasil e a América Latina (parte dela citada nesse texto). Preservada a importância desse legado, é necessário ressaltar a importância de atualizar esse debate nas condições impostas pelo século XXI (o que não é objetivo desse artigo). Uma referência nesta direção encontra-se registrada nos estudos de Katz (2020), particularmente na parte terceira de sua obra.

se manifestam em suas reivindicações por trabalho e consumo. A lei geral da acumulação capitalista, que implica a concentração da riqueza num polo da sociedade e o pauperismo absoluto da grande maioria do povo, se expressa aqui com toda brutalidade, colocando na ordem do dia a exigência de formular e praticar uma política revolucionária, de luta pelo socialismo (MARINI, 2013, p.63).

O que interessa ressaltar, aqui, é que a Teologia da Libertação (TL) foi gestada a partir de condições materiais muito precisas que atravessaram e seguem atravessando a América Latina: a tensão entre os projetos imperialistas, nacional desenvolvimentistas (liderados pela CEPAL) e aqueles com explícita inspiração socialista e comprometidos com a ruptura ou, pelo menos, com transformações mais radicais na ordem do capital aqui gestada. Isso se objetivou a partir de um processo que intensificou a luta de classes na segunda metade do século XX, com especial destaque para a década de 1960 e primeira metade dos anos 1970. O pauperismo tecido sob a amarras da dependência e as múltiplas opressões que atingiram os mais pobres, demarcaram as bases materiais da Teologia da Libertação em solo latino-americano.

Subdesenvolvimento, igreja católica e Serviço Social

Esse processo de subdesenvolvimento crônico, interpretado por diferentes tradições teórico-políticas, gerou uma série de discussões no continente latino-americano. O crescente aumento da desigualdade e da dependência econômica frente às grandes potências, tornaram-se assuntos centrais em diversos espaços na América Latina. Tais discussões possibilitaram o surgimento de diversos movimentos sociais que lutavam pela libertação nacional, tendo como principal exemplo o triunfo da Revolução Cubana em 1959. Paralelo a esse processo, nota-se também uma renovação do pensamento em diversas áreas, como as universidades, os movimentos culturais, a igreja, o Serviço Social, dentre outras. Como sinaliza Iamamoto (IAMAMOTO, 2003, p.206) o “pensamento social latino-americano busca reconciliar-se com sua própria história”. Serão objetos deste texto os impactos dessas discussões e suas consequências na renovação na Igreja Católica e no Serviço Social.

A Igreja Católica latino-americana é um dos principais setores que sofrerá impactos nesse processo. É nos anos de 1960 que a igreja mundial passa por um importante processo promovido pelo Concílio Vaticano II, em que, sinteticamente, o catolicismo abre-se para a modernidade. Essa abertura, somada à uma crescente mobilização popular no continente, vai levar ao surgimento de diversos movimentos sociais católicos, os quais buscavam justificativa no evangelho e na doutrina católica para protagonizar importantes lutas contra as desigualdades e na busca pela libertação nacional. Esses movimentos, denominados por Lowy (2000) de

Cristianismo da Libertação, estavam presentes em todo o continente⁴. Destacam-se as juventudes católicas no Brasil e no Chile⁵; a contribuição de Padre Camilo Torres⁶ para o Exército de Libertação Nacional (ELN) na Colômbia; os movimentos católicos camponeses na América Central, dentre outros. Todos esses movimentos, se apoiando na fé católica, lutaram frente às contradições do subdesenvolvimento do continente (LOWY, 2000).

Movimentos católicos laicos, tais como a Juventude Universitária Católica, a Juventude Operária Católica e a Ação Católica, ou os movimentos populares educacionais (Brasil), comitês para a promoção da reforma agrária (Nicarágua), federações de camponeses cristãos (El Salvador) e, acima de tudo, as comunidades de base, eram, no início dos anos 60, a arena social na qual os cristãos se comprometeram ativamente com as lutas populares, reinterpretaram o Evangelho à luz de sua prática e, em alguns casos, foram atraídos pelo marxismo (LOWY, 2000, p. 71).

Todo esse processo impactou também as formulações teológicas produzidas na América Latina. Destaca-se, inicialmente, que a abertura promovida pelo Concílio Vaticano II possibilitou que os teólogos do continente dialogassem mais com as ciências sociais. Outro ponto é o impacto da discussão do subdesenvolvimento nas produções teológicas, onde parcela dos teólogos estavam sintonizados com perspectivas teóricas críticas e a dependência latino-americana. E por fim, a influência do Cristianismo da Libertação, movimento que demandou importantes reformulações na teologia tradicional. Esse processo vai mobilizar um grupo de teólogos que, por meio de congressos e artigos, vão esboçar uma nova teologia que abordava o papel da igreja frente a desigualdade do continente e o seu compromisso com os oprimidos. Essas são as bases para o surgimento da Teologia da Libertação (LOWY, 2000).

A nova teologia latino-americana cria-se oficialmente a partir publicação do livro *Teologia da Libertação, perspectivas*, do teólogo peruano Gustavo Gutiérrez, onde o autor apresenta duas principais características desta teologia: a crítica e superação da teologia tradicional, trazendo a discussão de uma unidade entre a história material e o divino,

⁴ Destaca-se aqui a diferença, formulada por Lowy (2000), entre o Cristianismo da Libertação e a Teologia da Libertação. Segundo o autor, o primeiro corresponde aos grupos e movimentos que antecederam as primeiras formulações da TL, ou seja, católicos que já desenvolviam uma prática libertadora e crítica dentro do continente antes mesmo que qualquer nova teologia tivesse sido escrita, como por exemplo a JUC. Já a Teologia da Libertação, para Lowy, nada mais é do que as publicações e obras de autores como Gutierrez, Boff, Dussel e outros, que inspirados e motivados pelos grupos anteriormente citados, formularam uma nova teologia latina, sendo esta libertadora e comprometida com a classe trabalhadora, nomeada de Teologia da Libertação.

⁵ São marcos no Brasil as juventudes JAC, JEC, JIC, JOC e JUC e no Chile o MAPU, movimentos que serão detalhados posteriormente, mas que segundo Lowy (2000) são pioneiros do Cristianismo da Libertação, pois desenvolveram uma formação crítica dos jovens a partir da fé, além de posteriormente romperem com a instituição para formarem partidos e movimentos de esquerda.

⁶ Camilo era padre na Colômbia. Ele organizou um movimento popular militante, após isso entrou no Exército de Libertação Nacional (ELN). Camilo Torres morreu em combate em 1966. Sua morte e legado motivou lutas populares no país, além de mobilizar outros sacerdotes colombianos (LOWY, 2000).

reafirmando a importância de uma libertação no tempo presente; e indicando o pobre como sujeito da sua própria libertação, rompendo com a ideia do pobre como objeto de caridade. (LOWY, 2000). A Teologia da Libertação se apoia numa metodologia em que a realidade social é lida a partir das ciências sociais, incorporando teses de autores (as) marxistas e da teoria da dependência. Posteriormente ela reinterpreta essa realidade a partir das reflexões do evangelho, trazendo um olhar de compromisso com o pobre. E finaliza apontando reflexões que serviram de motivação para os movimentos católicos envolvidos nas lutas populares, justificando suas ações pela teologia (BOFF; BOFF, 1986).

É também na obra fundadora da TL que se nota não só a influência, como também a relação, da nova teologia com a discussão em relação à teoria da dependência. É justamente a partir dessa discussão que Gutierrez (2000) vai entender que a necessidade histórica de uma teologia latina é a libertação. O autor posiciona-se sobre esse debate no seu livro:

Apenas uma análise de classe permitirá ver o que está realmente em jogo na oposição entre países oprimidos e povos dominantes. Ter em conta somente o enfrentamento entre nações dissimula e finalmente suaviza a verdadeira situação. Por isso a teoria da dependência equivocaria seu caminho e levaria a engano se não situasse sua análise no marco da luta de classes que se desenrola em âmbito mundial. Tarefa indispensável, se quisermos tomar efetiva uma hipótese fecunda, e evitar pseudo-interpretações e soluções fáceis. A percepção do fato da dependência e de suas conseqüências permitirá uma nova tomada de consciência da realidade latino-americana. Além dos fatores políticos, a teoria do desenvolvimento deve considerar a situação de dependência e as possibilidades de livrar-se dela; só nesse contexto pode ter sentido e encontrar possibilidade de realização. Mas os estudos feitos nesta perspectiva levaram a concluir que o desenvolvimento autônomo latino-americano é inviável no quadro do sistema capitalista [...] Caracterizar a América Latina como um continente dominado e oprimido leva, naturalmente, a falar de libertação e, sobretudo, a participar no processo que a ela conduz. De fato, trata-se de um termo que exprime uma nova postura do homem latino-americano. O fracasso dos esforços reformistas acentuaram essa atitude. Hoje, os grupos mais atentos, nos quais se impõe o que chamamos nova consciência da realidade latino-americana, crêem que só pode haver desenvolvimento autêntico para a América Latina na libertação da dominação exercida pelos grandes capitalistas e, em especial, pelo país hegemônico: os Estados Unidos da América do Norte. O que implica, aliás, o enfrentamento de seus aliados naturais: os grupos dominantes nacionais. Torna-se cada vez mais evidente que os povos latino-americanos não sairão de sua situação a não ser mediante uma transformação profunda, uma revolução social que mude radical e qualitativamente as condições em que vivem atualmente (GUTIERREZ, 2000, p.144).

Essa nova teologia teve contribuição decisiva para importantes lutas na América Latina, sendo influência de diversos movimentos sociais do período. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que desenvolveram importantes processos de mobilização popular, tiveram e ainda têm forte relação com a Teologia da Libertação, sendo ela a base de fundamentação do

grupo católico. As práticas de educação popular também possuem forte vinculação com os movimentos inspirados pela nova teologia latina. A Revolução Sandinista contou com fortes inspirações cristãs, conseqüentemente também em sintonia com os princípios da TL (LOWY, 2000).

[...] As brechas abertas neste muro graças ao surpreendente processo de convergência entre cristianismo e marxismo que se deu na América Latina no curso dos últimos 30 anos - em particular, mas não unicamente, através da teologia da libertação - tem sido um dos fatores importantes na história moderna do continente. Alguns dos principais eventos sociais e políticos das décadas recentes - como a revolução nicaraguense, a insurgência popular em El Salvador e o novo movimento operário e popular no Brasil - são incompreensíveis e inexplicáveis se não levar em consideração a profunda modificação da cultura católica latino-americana resultante da integração, por importantes setores da Igreja, de alguns temas essenciais do marxismo (LOWY, 1989, p. 5).

O Serviço Social também sofrerá impactos de toda essa discussão comprometida com projetos que debatiam a superação do subdesenvolvimento. Todo esse debate que problematiza a dependência da América Latina e os movimentos sociais que lutaram frente essas problematizações, se tornaram fatores que contribuíram para a erosão de um Serviço Social tradicional. O tradicionalismo profissional já estava sendo colocado em xeque devido a crise do capital e o avanço de vários movimentos contra a ordem em escala mundial. Entretanto, essa conjuntura de dependência particulariza a erosão latino-americana, erosão que se expressará no Movimento de Reconceituação. O movimento surge a partir das inquietações profissionais sobre as respostas que o Serviço Social estava dando frente a lógica do subdesenvolvimento (NETTO, 2005). A TL é uma das referências estimuladoras deste debate que também afetou o Serviço Social e sua renovação (inclusive o seu debate mais progressista).

A Reconceituação foi a maior e ampla revisão da história da profissão, sendo um movimento que reconfigurou o Serviço Social e rompeu com suas bases tradicionais. Situada geograficamente ao território latino-americano, o rompimento com o tradicionalismo era o que unia esse movimento que estava longe de ser homogêneo. Diversos grupos, sintonizados por esse crítica ao Serviço Social tradicional, divergiam teórica e metodologicamente, mas compunham o movimento e apresentavam eixos em comum, tais como: a criação de um projeto profissional que representasse as particularidades latinas; a discussão a respeito do desenvolvimento e da dependência do continente latino-americano; as discussões acerca de um estatuto científico e a importância dos seus reatamentos; e a explicitação da dimensão política profissional (IAMAMOTO, 2003).

O movimento, iniciado em 1965, contava com uma frente heterogênea e ampla contra o tradicionalismo profissional. Destaca-se que nessa frente existiam dois principais grupos, um

com forte sintonia ao processo de subdesenvolvimento, se adaptando às novas demandas da conjuntura; e outro com perspectivas mais críticas e radicais. Entre 1971 e 1972 ocorre a divisão dessa frente, surgindo então dois grupos: “o reformista-democrata (rigorosamente desenvolvimentistas) e os radical-democratas (para os quais o desenvolvimento supunha a superação da exploração-dominação nativa imperialista)” (NETTO, 2005, p.10). O Movimento de Reconceitualização se apresentou nos países conforme às particularidades locais de cada um deles, ou seja, devido às condições históricas e culturais, cada país vivenciou o processo de reconceitualização a partir de suas particularidades, mais ou menos renovadoras, com maior ou menor radicalidade (NETTO, 2005).

Nos dez anos de efervescência reconceituadora, o movimento expressou também as condições nacionais em que se processava. No Brasil, onde rebate já com a vigência da ditadura implantada em 1964, a renovação (exceto a experiência de que derivou o famoso “Método Belo Horizonte”) traduziu-se especialmente como modernização profissional (Netto, 1991: 151-164); noutros países do Cone Sul, notadamente no Chile e na Argentina (com ressonância no Uruguai), e ainda na Venezuela e na Colômbia, ademais de tendências modernizadoras, a Reconceitualização desenvolveu alternativas de ruptura com o tradicionalismo nos planos metodológico-interventivo e político-ideológico (NETTO, 2005, p.11).

Entretanto, potenciado por suas contradições internas (suas potencialidades e limites) e pelos golpes cívico-militares patrocinados pelos EUA (apoiado, inclusive, pelas frações mais conservadoras da Igreja Católica), a Reconceitualização do Serviço Social estancou-se em 10 anos (1965-1975 – no geral). Mesmo com curto período de existência, o movimento contribuiu decisivamente para o Serviço Social: a) permitiu uma articulação da profissão com as ciências sociais; b) contribuiu para uma explicitação da sua dimensão política; c) favoreceu o surgimento de uma pluralidade profissional, dentre outras contribuições. Netto (2005) vai sinalizar que a

principal conquista da Reconceitualização, porém, parece localizar-se num plano preciso: o da recusa profissional de Serviço Social de situar-se como um agente técnico puramente executivo (quase sempre um executor terminal de políticas sociais). Reivindicando atividades de planejamento para além dos níveis de intervenção microssocial, valorizando nas funções profissionais o estatuto intelectual do assistente social (abrindo, pois, a via para a inserção da pesquisa como atributo também do Serviço Social), a Reconceitualização assentou as bases para a requalificação profissional, rechaçando a subalternidade expressa na até então vigente aceitação da divisão consagrada de trabalho entre ciências sociais (os “teóricos”) e assistentes sociais (os profissionais da “prática”) (NETTO, 2005, p.12).

Por fim, como já sinalizado, destaca-se a relevância da discussão do subdesenvolvimento latino-americano e de como ele contribuiu decisivamente para importantes processos de renovação, como na Igreja Católica e no Serviço Social. A renovação da Igreja,

representada pela Teologia da Libertação, fomentou e influenciou importantes movimentos sociais que protagonizaram diversas lutas no continente. O Serviço Social, por meio da Reconceituação, fez a crítica de suas bases tradicionais e deixou um legado importante para a profissão. Esses dois processos, da profissão e da igreja, assim como tantos outros que brotaram no continente no processo de intensificação da luta de classes, irão se cruzar, promovendo diálogos e trocas de influências, processo que será objeto do terceiro e último item deste artigo⁷.

Teologia da libertação e reconceituação do Serviço Social

A histórica vinculação entre Serviço Social e a Igreja Católica passa, assim, a contar com novas bases de legitimação, o que abre um campo de possibilidades em relação à construção de uma crítica ao ethos tradicional (...) A Teologia da Libertação influencia a negação da concepção tradicional do Serviço Social, possibilitando a compreensão das determinações de classe, como diz Lowy, a solidariedade com o ‘pobre’, que não é mais vista como ‘objeto de caridade e assistência’, os ‘oprimidos’ passam a ser concebidos como sujeitos de sua própria libertação (BARROCO, 2010, p. 107 e 174).

É a partir dessas duas citações que fundamentamos o objeto de análise desse último item. A Teologia da Libertação, enquanto um pensamento social latino que pautava essa contradição do subdesenvolvimento, influenciou esse processo de ruptura com o tradicionalismo no Serviço Social, influência que se deu junto às particularidades do Movimento de Reconceituação. Nos atentaremos principalmente ao processo reconceitualizador do Brasil e sua relação com a esquerda católica, destacando brevemente algumas interlocuções da TL com as renovações profissionais desenvolvidas em outros países da América Latina.

O Brasil vivenciou um processo específico no período da Reconceituação latino-americana, particularidade marcada pelo golpe cívico-empresarial-militar de 1964. A ditadura possibilitou uma condição favorável para a hegemonia de uma vertente modernizadora, vertente que teve centralidade em parte significativa da renovação profissional brasileira. Entretanto, outras vertentes, uma trazendo a reatualização do conservadorismo e outra com fortes traços críticos e marxistas, também coexistiram nesse processo. A vertente crítica, nomeada por Netto (2005) de “intenção de ruptura”, vertente mais progressista inspirada no marxismo e nas produções da Reconceituação de outros países, se fortalece com o enfraquecimento do regime ditatorial e começa a ocupar importantes espaços profissionais. Uma vanguarda profissional que compunha essa vertente, que já havia produzido literaturas críticas acerca da renovação do

⁷ O estudo denominado “A História pelo avesso – a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais”, organizado por Marilda Iamamoto e Claudia Mônica dos Santos (2021), oferece excelente debate nesta direção.

Serviço Social no Brasil, a partir da aproximação com os movimentos sociais, vai ocupar os espaços formativos, jurídicos e organizacionais da profissão, ocupação que permitiu que ela implementasse uma direção social crítica no Serviço Social, direção que é hegemônica até os dias atuais (NETTO, 2005).

O Brasil foi um dos pioneiros do Cristianismo da Libertação, além também de ter sido o país onde a Teologia da Libertação teve influência significativa na hierarquia católica e nos trabalhos pastorais. O país foi palco de importantes movimentos católicos progressistas, tais como a atuação das juventudes católicas, a JAC (Juventude Agrária Católica), JEC (Juventude Estudantil Católica), JIC (Juventude Independente Católica), JOC (Juventude Operária Católica), JUC (Juventude Universitária Católica). Essas juventudes, a partir de literaturas francesas, adotaram uma postura crítica e em determinados casos até anticapitalista, transformando o simples trabalho de evangelização em trabalho de formação política e luta contra a ditadura. Outro importante grupo foi o Movimento de Educação de Base (MEB), movimento que não só trabalhou a alfabetização, mas também discutia a formação política e a participação cidadã. Além deles, ganha destaque também as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), comunidades que, inspiradas pelas formulações da TL, promoviam um espaço de vivência em comunidade, partilha de vida e principalmente de mobilização popular, motivando seus integrantes a lutar por direitos sociais (LOWY, 2000).

Em relação às contribuições das CEBs, Lowy (2000, p. 148) destaca

Mas é preciso deixar claro que as comunidades de base ajudaram a criar uma nova cultura política no Brasil, “a democracia de bases”, em oposição não só ao autoritarismo militar, como também às três tradições políticas principais do país: o clientelismo - praticado tradicionalmente nas áreas rurais pelos proprietários de terra e nos centros urbanos por políticos profissionais que distribuem favores (empregos, dinheiro); populismo que, sob Vargas e seus seguidores, permitiu que o governo criasse “de cima” o movimento sindical e popular; e o verticalismo, muitas vezes utilizado pelas forças principais da “velha” Esquerda, seguindo o exemplo soviético ou chinês. Graças a essa nova cultura, os militantes das CEBs, com o apoio de teólogos e bispos radicais, contribuíram para construir o movimento trabalhista de massas maior e mais radical de toda a história do Brasil.

A vertente “intenção de ruptura” sofreu uma série de influências nesse processo, dentre elas destaca-se a forte presença da esquerda católica. Batistoni (2019) aponta que a Escola de Belo Horizonte, escola onde a vertente se expressou com maior intensidade, tinha a “presença de forças progressistas da hierarquia católica, oferecendo, aos docentes e discentes, espaço de resistência intelectual e política” (BATISTONI, 2019, p. 543). Além disso, a autora também destaca a participação de estudantes e assistentes sociais em movimentos da esquerda católica, tais como o MEB e a JUC, que traziam suas experiências com trabalho de base e sua formação

política crítica. Um exemplo desse processo é a figura de Leila Lima dos Santos, importante liderança da vertente, que foi membro atuante da JUC. É válido para pontuar também a presença do Padre Henrique Cláudio de Lima Vaz, membro da escola mineira, que estudava Marx e produzia uma literatura crítica a partir do humanismo cristão, consequentemente influenciando as primeiras produções da vertente. Destaca-se, assim, a presença significativa da esquerda católica na gênese e no desenvolvimento da vertente Intenção de Ruptura (BATISTONI, 2019).

A influência desse “marxismo” na proposta da Escola de Serviço Social de BH se efetiva pelo protagonismo de docentes (não só assistentes sociais, mas também de outras áreas disciplinares, como filósofos e economistas) e discentes que tiveram atuação na esquerda católica. Destaca-se, mais uma vez, Leila Lima, que em vários depoimentos concedidos assinala os caminhos de sua aproximação ao marxismo pela via do “humanismo cristão”, tendo recebido formação e orientação diretamente de “cursos” com o padre Vaz, desde 1961, como dirigente da JUC em Minas Gerais e já estudante de Serviço Social na Universidade Católica (BATISTONI, 2019, p.550).

Entretanto, essa relação não se restringe apenas à gênese da vertente: ela vai se estender para o processo de redemocratização do país, processo em que a vanguarda profissional vai se aproximar de importantes movimentos sociais. Abramides (2016) ressalta essa aproximação destacando alguns exemplos: a relação com o novo sindicalismo, que fortaleceu a organização da categoria; a aproximação com o Movimento Custo de Vida e outros grupos que também reivindicavam direitos sociais; além da luta “contra o pagamento da dívida externa; pela anistia ampla, geral e irrestrita; luta por uma Assembleia Nacional Constituinte livre, soberana e democrática e eleições diretas” (ABRAMIDES, 2016, p.467). Todos esses movimentos, segundo Moreira (2012), possuíam estreita relação com a esquerda católica. Segundo o autor, parcela significativa das lideranças do novo sindicalismo eram trabalhadores formados pela CEBs e pela Pastoral Operária. O Movimento Custo de Vida foi formado com apoio de Dom Evaristo Arns⁸ e da CEBs. Ademais, a igreja católica no Brasil, representada na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), também encampou as lutas pela nova constituição e pela anistia ampla, geral e irrestrita.

A relação entre esquerda católica e Serviço Social não só se apresentou no Brasil, mas em outros países. A Reconceituação do Serviço Social argentino, por exemplo, diferente de outros países, contou com fortes traços críticos, os quais combatiam tendências modernizadoras do desenvolvimentismo. Ela foi “um processo comandado pelo debate progressista com certa

⁸ Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo na década de 1970, travou importantes lutas contra a ditadura, contribuiu para o desenvolvimento de diversos trabalhos das CEBs na sua diocese e teve fortes relações com a Teologia da Libertação (LOWY, 2000).

literatura situada à esquerda, embora não necessariamente marxista e marxiana” (MOLJO; SILVA; ZAMPANI, 2017, p.127). Todo esse processo passou muito por organizações como o Instituto de Serviço Social e o Grupo Ecro, organizações que surgiram a partir de propostas modernizadoras, mas que logo se radicalizaram, graças à aproximação com movimentos sociais e pelo intercâmbio com outros países. Destaque deve ser dado, aqui, à revista “Hoy en el Trabajo Social”, “Selecciones del Servicio Social” (em menor proporção)⁹, bem como a alguns importantes atores: os peronismos, a Teologia da Libertação e as influências de Paulo Freire (MOLJO; SILVA; ZAMPANI; PAGAZA, 2020). Dentre esses atores sociais destaca-se, portanto, militantes da esquerda católica, que junto de outras influências, possibilitaram que as organizações se tornassem as propulsoras da Reconceituação na argentina (MOLJO; SILVA; ZAMPANI, 2017).

(...) embora o instituto e o Grupo Ecro tenham surgido com inspiração desenvolvimentista, será no intercâmbio com outras experiências (fundamentalmente chilenas e uruguaias), assim como no encontro cotidiano nas comunidades e com outros atores sociais (trabalhadores, militantes políticos, grupos cristãos influenciados pela teologia da libertação etc.), que o Grupo Ecro vai radicalizando as suas ideias (MOLJO; SILVA; ZAMPANI, 2017, p.127).

Outro país que também apresentou algumas relações com o catolicismo crítico foi o Chile. A Reconceituação neste país, como demonstra Duriguetto e Marro (2019), contou com uma profunda relação com o cenário político do país, marcado pela efervescência do governo da Unidade Popular e sua luta pela construção do socialismo. Nesse cenário, alguns grupos também se somaram a esse processo, conseqüentemente também se relacionando com a profissão, dentre eles destaca-se o MAPU (Movimento de Ação do Povo Unido), movimento que, segundo Lowy (2000), foi criado pela juventude da Democracia Cristã, os quais romperam com o partido e criaram uma organização de viés marxista, sendo um dos representantes do Cristianismo da Libertação. Outro fato a se destacar na Reconceituação chilena, como apontado por Martínez (2017), é a presença do intelectual brasileiro Paulo Freire¹⁰ no país (que também esteve presente na Argentina), o qual contribuiu com um processo de crítica ao tradicionalismo profissional nas escolas de Serviço Social, intelectual que guarda profundas relações com a

⁹ Que alteraram seus nomes no final dos anos 1960 influenciadas pelo Movimento de Reconceituação: anteriormente denominadas “Hoy en el Servicio Social” e “Selecciones de Social Work”, respectivamente.

¹⁰ Paulo Freire foi um filósofo e educador brasileiro que influenciou a pedagogia mundial, tendo um renome internacional. Sua obra, “Pedagogia do Oprimido”, foi amplamente debatida no período da Reconceituação, ressaltando a relação entre oprimido e o opressor, a importância de uma prática educacional libertadora e a conscientização e autonomia dos oprimidos. O autor, que não escondia sua fé cristã, guardou profundas relações com TL, citando-a em comentários, além de influenciar diretamente na produção de Teólogos como Leonardo Boff (PEREIRA, 2015).

Teologia da Libertação. A autora também destaca a renovação crítica da universidade de Valparaíso e suas formulações que colocavam a profissão na práxis da libertação e no compromisso com os grupos dominados, discussões que perpassaram necessariamente “la relación entre marxismo y cristianismo” (MARTINEZ, 2017, p.112).

A Reconceituação do Serviço Social, como já destacado, não foi unânime e homogênea em todos os países. Alguns não viveram esse processo renovador ou passaram por ele mais tardiamente, como é o caso do Paraguai. O processo reconceitualizador do país se deu diferente das experiências dos outros países. A reconceituação paraguaia, por exemplo, segundo Agüero (2019, p.220) “es la serie de cuestionamientos teóricos y metodológicos que se desarrolló a lo largo de la década del 90, con búsquedas, caminos y propuestas distintas y diversas a las que los textos sobre la Reconceptualización nos muestran como la experiencia de los demás países”. Para a autora, esse processo ocorre pela aproximação de estudantes e profissionais aos Movimentos Sociais, em especial aos movimentos rurais, aproximação que os motivou a problematizar as universidades acerca da implementação de perspectivas teóricas críticas e práticas, visando entender melhor a realidade do país. Parcela desses movimentos sociais rurais, que influenciaram a contestação crítica do Serviço Social, tiveram fortes influências da Teologia da Libertação, principalmente a partir da articulação de movimentos católicos, como as Comunidades Eclesiais de Base, além de outras organizações católicas progressistas (AGUERO, 2019).

(...) la historia de las organizaciones campesinas que desde 1960 habían confrontado al régimen dictatorial con las Ligas Agrarias Cristianas (LAC), las Juventudes Agrarias Cristianas (JAC) y las Comunidades Eclesiales de Base (CEBs), que si bien se extendieron casi a todos los departamentos del país y habían sido disueltas en el año 1976 con grandes represiones, desapariciones y asesinatos de sus 221 principales dirigentes (AGUERO, 2019, p. 221).

Constata-se, assim, o forte diálogo entre a Teologia da Libertação e o Movimento de Reconceituação do Serviço Social. A análise do processo brasileiro e suas particularidades permitiram um olhar mais detalhado sobre a contribuição dessa corrente progressista católica para a ruptura com o conservadorismo na profissão. Entretanto, ainda que limitado e sintético, os estudos sobre as realidades da Argentina, do Chile e do Paraguai também colaboraram para esse processo, permitindo entender o alcance dessa teologia, a qual é fruto da América Latina e desenvolveu-se por ela, influenciando importantes mobilizações sociais. Por fim, é importante frisar que esse movimento de renovação profissional contou com uma série de influências, não só a da TL. Diversos outros movimentos, partidos e correntes teóricas também influenciaram a crítica ao tradicionalismo profissional.

Considerações finais

Por fim, é importante destacar alguns pontos centrais das reflexões propostas por esse artigo. O primeiro diz respeito à dinâmica contraditória do capitalismo, onde, por meio do primeiro item, pôde-se observar as consequências da brutal lei geral da acumulação. Esse processo, central para o funcionamento desse modo de produção, gerou uma enorme pauperização do proletariado, em especial no continente latino-americano, onde a situação se agravou devido aos ataques imperialistas. Por outro lado, as investidas imperialistas e o aumento da exploração criaram as bases materiais para um forte movimento contestatório na América Latina. A enorme desigualdade e a dependência foram motivações para diversos grupos sociais se rebelarem e se mobilizarem frente ao tema da libertação nacional.

O segundo ponto a se observar é justamente o impacto dessas mobilizações e os reflexos delas na Igreja Católica e no Serviço Social. É nessa particularidade do continente latino-americano, - dependente, desigual-combinado e de luta -, que se dará o chão concreto das renovações do catolicismo e da profissão. A renovação católica, particularmente latino-americana e liderada pela Teologia da Libertação, deixou profundas marcas no continente, influenciando importantes movimentos sociais, além de mobilizar e articular as próprias ações da Igreja. O Movimento de Reconceituação latino-americano, deixou um legado extremamente rico para o Serviço Social, possibilitando renovações profissionais em diversos países do continente, rompendo com o tradicionalismo profissional.

Um terceiro e último ponto a ser destacado é a relação estabelecida entre a Reconceituação latino-americana, a renovação do Serviço Social brasileiro e a Teologia da Libertação criada na relação com o Cristianismo da Libertação. Como apontado anteriormente, a esquerda católica teve contribuição decisiva para o movimento de Reconceituação. Essa contribuição antecede inclusive as próprias formulações da Teologia da Libertação, onde notou-se que os movimentos do Cristianismo da Libertação já colaboravam por meio da formação de estudantes e profissionais e por meio de um intercâmbio nas lutas sociais junto aos trabalhadores. A TL, em si, como já demonstrado, também colaborou nesse intercâmbio de lutas, muito por sua influência junto aos movimentos, mas também trouxe uma literatura crítica, em determinados casos com fortes inspirações marxistas, literatura que também influenciou a renovação profissional.

Em tempos de recrudescimento do conservadorismo-reacionário (SANT'ANA; SILVA, 2020), de crise do capital e de adensamento do pauperismo relativo e absoluto (nas condições particulares da América Latina), é crucial resgatar esse legado histórico da profissão. O fundamentalismo religioso e o neoconservadorismo têm articulado críticas e ataques à direção

social estratégica – conhecida como Projeto Ético Político profissional – assumida pelo Serviço Social brasileiro, ameaçando essa hegemonia na atualidade. Igualmente têm atuado no sentido de expurgar as experiências progressistas no interior da Igreja Católica, entre elas qualquer legado deixado pelo Cristianismo da Libertação e pela Teologia que dele derivou. Sendo assim, entende-se importante esse resgate teórico da Reconceituação e da TL, o qual se torna uma ferramenta de defesa à um projeto profissional crítico e comprometido com níveis crescentes de emancipação social.

Referências

- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 127, p. 456-475, set./dez. 2016.
- AGÜERO, Stella Mary García. *La cuestión social en el Paraguay del siglo xx: Trabajo Social y políticas sociales*. Asunción: Editorial Arandurá. Enero 2019.
- BARROCO, Maria Lucia Silva. *Ética e serviço social: fundamentos ontológicos*. 8.edição, São Paulo: Cortez, 2010.
- BATISTONI, Maria Rosângela. O projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte - 1960-1975: uma reconstrução histórica. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 136, p. 538-558, set./dez. 2019.
- BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. *Como fazer teologia da libertação*. 3ª Edição. Editora Vozes. Petrópolis, 1986. (Coleção FAZER – 17)
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- CHASIN, J. *A via colonial de entificação do capitalismo. A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*. Santo André (SP): estudos e edições Ad Hominem, 2000.
- DURIGUETTO, Maria Lúcia; MARRO, Katia. Considerações sobre a trajetória histórica do Serviço Social no Chile: da Reconceituação ao tempo presente. In: *Serviço social na história: América Latina, África e Europa* / Maria Carmelita Yazbek Marilda Villeda Yamamoto (orgs.). São Paulo: Cortez, 310-337, 2019.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2ª. ed. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1975
- GUTIÉRREZ, Gustavo. *A força histórica dos pobres*. 2ª edição, Petrópolis: Vozes, 1984.
- _____. *Teologia da Libertação: perspectivas*. Tradução: Yvone Maria de Campos Teixeira da Silva e Marcos Marcionilo. EDIÇÕES LOYOLA, São Paulo, Brasil, 2000.
- IAMAMOTO, Marilda V. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 6ª. ed. - São Paulo: Cortez, 2003.
- IAMAMOTO, Marilda; Santos, Cláudia Mônica (org.). *A história pelo avesso – reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez, 2021.
- KATZ, Claudio. *A teoria da dependência – 50 anos depois*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- LENIN, Vladimir Ilitch. *O imperialismo: Fase superior do capitalismo* - Tradução Leila Prado 3ª. ed. São Paulo: Centauro Editora. 2010.
- LOWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Tradução Vera Lúcia Melo Joscelyne. Petrópolis: RJ: Vozes, 2000.
- _____. *Marxismo e cristianismo na América Latina*. São Paulo: Lua Nova, n. 19, p.114 05-

22, novembro de 1989

- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. 1973. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>
- _____. *Subdesenvolvimento e revolução*. 4ª. ed. Florianópolis: Editora Insular, 2013.
- MARTÍNEZ, Leticia Arancibia. *Disputas en la construcción del Trabajo Social reconceptualizado en la Universidad Católica de Valparaíso (1966-1973)*. EM PAUTA, Rio de Janeiro, 2º. Semestre de 2017 - n. 40, v. 15, p. 102 - 117.
- MARX, Karl. *O Capital*, Livro I. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MOLJO, C. B.; SILVA, J. F. S.; ZAMPANI, R. *Movimento de Reconceituação e Serviço Social argentino*. EM PAUTA: Rio de Janeiro, n. 40, v. 15, p. 118 – 135, 2º. semestre de 2017.
- MOLJO, C. B.; SILVA, J. F. S.; ZAMPANI, R.; PAGAZA, M. R. Reconceptualisation Movement in Argentina: theoretical, political and cultural influences. *Critical and Radical Social Work*, v. 8, p. 1-16, 2020.
- MOREIRA, Alberto da Silva. *Contribuições Da Teologia Da Libertação Para Os Movimentos Sociais*. Goiânia: Caminhos, v. 10, n. 2, p. 37-55, jul./dez. 2012.
- NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós – 64*. 8ª. edição - São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. *O movimento de reconceituação 40 anos depois*. Serviço Social & Sociedade nº84 – São Paulo: Cortez, ANO XXVI - novembro 2005.
- OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. *Pedagogia freiriana e teologia da libertação: trilhando caminhos de esperança*. COIPESU, Universidade Federal da Paraíba, 2015
- SANT'ANA, Raquel; SILVA, J. F. S. *Recrudescimento conservador no Brasil: bases ontológico-concretas e expressões no Serviço Social*. Revista Libertas, Juiz de Fora, v.20, n.2, p. 351-372, jul. /dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/32164/21594>